



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026			
OBJETO	Formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas , parte integrante do Edital.		
PROCESSO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LICITAÇÃO Nº	UASG
CMSP-PAD-2025/00733	MENOR PREÇO	90002/2026	925109
PUBLICAÇÃO DO EDITAL			
Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial da Cidade de São Paulo e Jornal de Grande Circulação em 22/05/2026			
ENDEREÇO ELETRÔNICO:		ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	
www.gov.br/compras		A partir de 22/05/2026	
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA			
09/06/2026 às 11h00 (Horário de Brasília)			
TRATAMENTO ME/EPP	VISTORIA	AMOSTRA/ PROVA DE CONCEITO	
<input type="checkbox"/> EXCLUSIVIDADE <input type="checkbox"/> COTA <input checked="" type="checkbox"/> NÃO SE APLICA	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM (devendo ser agendada com através do e-mail: @saopaulo.sp.leg.br e Tel.: (11) 3396-	<input type="checkbox"/> SIM (Vide item nº do Edital) <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
INSTRUMENTO CONTRATUAL		FORMA DE ADJUDICAÇÃO	
<input type="checkbox"/> NOTA DE EMPENHO <input type="checkbox"/> TERMO DE CONTRATO <input checked="" type="checkbox"/> ATA DE REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> OUTRO INSTRUMENTO		<input type="checkbox"/> VALOR GLOBAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL MENSAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL ANUAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> VALOR TOTAL POR LOTE <input type="checkbox"/> VALOR UNITÁRIO	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Item 8 do Edital			
DECLARAÇÕES		PROPOSTAS	
Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações		Item 5 do Edital e Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES AO EDITAL (Item 13 do Edital)			
Até três dias úteis antes da abertura da Sessão Pública, exclusivamente pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br .			
Outras informações poderão ser obtidas no Portal Transparência da CMSP , através do endereço: https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/ pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br ou pelo telefone: (11) 3396-3934 ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas, através do endereço: https://www.gov.br/pncp/pt-br			



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUMÁRIO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026	3
1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	23
11. DOS RECURSOS	24
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	25
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	28
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES	47
ANEXO III – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	50



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, mediante Pregoeiro designado pelo Secretário Geral Administrativo, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Sistema de Compras do Governo Federal”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **MENOR PREÇO**, objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital, que será processada e julgada em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Decreto nº 62.100/2022 c/c Ato CMSP no 1.564/2023; Lei Complementar Federal nº 123/06, e suas alterações, Ato CMSP nº 1137/11, bem como pelas demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

II - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

CONSTITUEM ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

- ANEXO I** **Termo de Referência - Especificações Técnicas**
- ANEXO II** **Modelo de Proposta de Preços e Declarações**
- ANEXO III** **Minuta de Ata de Registro de Preços**

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** (UASG: 925109), por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sediada no Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista - São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 8 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3.6.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.2. aquele que, pessoa física ou jurídica, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de São Paulo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.5. agente público da Câmara Municipal de São Paulo, ainda que indiretamente, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo;

3.6.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.6.9. enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.6.10. aquelas que, por qualquer outra razão, foram sancionadas com impedimento de licitar e contratar com Poder Público ou declaração de inidoneidade por força de lei;

3.6.11. Empresas que tenham em seus quadros pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;



3.6.12. pessoas jurídicas condenadas por improbidade administrativa, quando a sentença judicial impuser proibição de contratar com o Poder Público.

3.7. A verificação de quaisquer situações relacionadas no item anterior pode ser realizada mediante consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros.

3.8. O impedimento de que trata o item **3.6.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de que trata o item **3.6.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (com duas casas decimais) ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes



na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens **4.3** a **4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total.



5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

5.10. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá o **modo de disputa “aberto”**.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Havendo empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.18.1. No critério da disputa final, os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados a partir da comunicação automática para tanto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6.19. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada no município de São Paulo pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 5 de outubro de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável a critério da Administração, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme **Anexo II - Modelo de Propostas de Preços e Declarações**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo de que trata o item **6.20.4** nas seguintes hipóteses:

6.20.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa feita no chat antes de findo o prazo e aceita pelo pregoeiro;

6.20.5.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio de documentos exigidos no edital para a verificação da conformidade da proposta.

6.20.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21. O anexo da proposta de preços nos moldes do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações** deverá ser apresentada após a fase de negociação, conforme item **6.20.4**.

6.22. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

6.22.1. Preços expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas decimais, computados todos os demais custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

6.22.1.1. Havendo divergência entre os valores consignados na Proposta e os valores lançados no formulário no sistema, ofertados na etapa de lances ou negociados, prevalecerão estes últimos.

6.22.1.2. Declarar expressamente que o preço total cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

6.22.1.3. Não será admitida cotação inferior à quantidade total prevista neste edital.



6.22.1.4. A ausência, na Proposta de Preços, de qualquer um dos itens constantes do **Anexo I** - Termo de Referência - Especificações Técnicas, referente ao lote que a licitante estiver participando, ensejará em sua desclassificação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e
- c) Consulta à relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **3.5** e **4.5** deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, inclusive quanto aos preços unitários.

7.8.1. Poderá ser recusada a proposta de preços que apresentar valor unitário ou global superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante.

7.8.2. A proposta de preços que apresentar valor unitário superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante, mas apresentar o valor global inferior a esta, somente poderá ser aceita com a apresentação de razões devidamente fundamentadas que embasem a apreciação do Pregoeiro.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela



Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Caso atendidas as condições prévias de participação no certame, conforme **item 2**, será verificado se a licitante cumpre os requisitos de habilitação jurídica, habilitação fiscal, habilitação econômico-financeira e habilitação técnica, por meio dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser enviados, via sistema, pela licitante.

8.1.1. O registro no SICAF poderá substituir os documentos de habilitação jurídica e fiscal cujas informações estejam nele contidas.

8.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.2.1. Sociedade limitada unipessoal: contrato social em vigor e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, ainda que conste no registro como empresa individual de responsabilidade limitada.

8.1.2.2. Sociedades por ações e sociedades limitadas que assumirem feição empresarial: ato constitutivo registrado na Junta Comercial, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.1.2.3. Sociedade simples, inclusive sociedades limitadas com essa natureza, bem como associações e fundações: ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

8.1.2.4. Empresário Individual: ficha de empresário individual registrado na Junta Comercial.

8.1.2.5. Sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedida pelo órgão competente.

8.1.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.1.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.3.3. Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União.

8.1.3.4. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado do domicílio ou da sede da licitante.

8.1.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante relativamente aos tributos mobiliários;

8.1.3.6. Certidão unificada por CPF/CNPJ raiz relativa ao Município de São Paulo;

8.1.3.7. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF.

8.1.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.1.3.9. Os documentos referidos no item **8.1.3** e seus subitens poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1.4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou de ações de insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.

8.1.4.1.1. A licitante que se encontrar em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, em que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

8.1.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

8.1.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir:

8.1.5.1.1. Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de emissão de certificados digitais por período não inferior a 1 (um) ano, com quantitativo mínimo de 254 certificados de qualquer um dos tipos descritos no subitem **9.1** do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, itens **1** a **7**.

8.1.5.1.2. A empresa deverá estar credenciada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) como provedora de certificados da cadeia ICP-Brasil, conforme verificável na URL <https://estrutura.iti.gov.br/>

8.1.5.2. Será admitida a somatória de atestados para comprovação dos quantitativos e do período de experiência mínima, independentemente de os períodos serem ou não sucessivos ou contínuos, desde que somem o tempo total exigido.

8.1.5.3. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.1.5.4. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

8.1.5.5. Se os atestados estiverem em língua estrangeira, compete à licitante providenciar sua tradução para o vernáculo, bem como comprovar o atendimento de requisitos legais perante o direito estrangeiro.

8.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

8.2.1. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

8.2.1.1. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos também será feita somente em relação ao licitante vencedor.

8.2.1.2. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, os documentos serão exigidos de todos os licitantes.

8.2.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.2.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido pelo Pregoeiro, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

8.2.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.2.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.2.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.2.4. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.2.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

8.2.7. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas com efeito de negativas.

8.2.8. As certidões/declarações que não tiverem estampado em seu corpo o prazo de validade serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados de sua expedição, excetuando-se a certidão exigida no subitem **8.1.4.1** cuja validade será de até 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura do certame.

8.2.9. Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.2.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

8.2.11. Documentos de habilitação técnica serão aceitos em nome da matriz.

8.2.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.2.13. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser efetuada pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao SICAF, exclusivamente quanto aos documentos dele constantes que estejam dentro do prazo de validade, dispensada nova emissão.

8.2.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



8.2.14. Os documentos emitidos via internet, incluindo os constantes do SICAF, poderão ser objeto de diligência.

8.2.15. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.

8.2.16. A regularidade do SICAF é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante.

8.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.2.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.2.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata os subitens anteriores.

8.2.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos já apresentados por ocasião da habilitação, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de



reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



10.4.2. adjudicar e firmar o cadastro de reserva nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida e deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. A autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail cjl@saopaulo.sp.leg.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. São aplicáveis pela Administração, garantida a defesa prévia, as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais normas pertinentes, assim como as abaixo especificadas.

12.2. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em relação à exigida neste Edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de intimação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens **12.3** **12.4** e **12.5**, a critério da Administração.

12.3. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara Municipal de São Paulo, em assinar o contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta final. Poderá ser considerada como recusa injustificada a não apresentação das Certidões exigidas nos termos do mesmo subitem.

12.4. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

12.5. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.6. As demais multas relativas à execução contratual são as constantes do **Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços** e no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

13.3.1. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. Fica assegurado à CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente certame será o da Comarca de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>.

São Paulo, 21 de maio de 2026.

Mateus Soldan Barbieri
Pregoeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2025/00733

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

1. DO OBJETO

Formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A demanda está prevista no orçamento do presente exercício da Câmara Municipal de São Paulo, sob o IPO (Item de Previsão Orçamentária) 26090281 e no do Tribunal de Contas do Município de São Paulo dotação 10.10.01.032.3011.2818.3390.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

2.2. A presente aquisição fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar **54/2025**.

2.3. Esta contratação decorre da necessidade de se identificar os agentes públicos da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) responsáveis por atos legislativos e administrativos em sistemas informatizados, incluindo vereadores, seus assessores, secretarias parlamentares e administrativas.

2.3.1. A CMSP utiliza certificados digitais e-CPF ou e-CNPJ, tanto do tipo A3 quanto do tipo A1, nos seguintes sistemas e capacidades:

2.3.1.1. Propositura e tramitação de matérias legislativas digitalmente no sistema SPLEGIS;

2.3.1.2. Votação e discussão online de matérias legislativas no sistema SPV;

2.3.1.3. Assinatura digital de documentos contábeis;

2.3.1.4. Assinatura de atos pelos membros da Mesa da Câmara;

2.3.1.5. Acesso a sistemas bancários;

2.3.1.6. Acesso a sistemas da União para controle de informações de pessoal e financeiras;

2.3.1.7. Controle de Verbas de Gabinete pelo sistema SisGV;

2.3.1.8. Envio de informações do sistema de RH para o e-Social;

2.3.1.9. Envio de informações para o EFD Reinf;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

2.3.1.10. Acesso a sistemas da Receita Federal pelo Secretário Geral Administrativo (como e-CAC);

2.3.1.11. Assinatura digital de contratos entre a Câmara Municipal de São Paulo e seus fornecedores.

2.3.2. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, passou a usar assinatura digitais com infraestrutura de Chaves Públicas ICP- Brasil, a partir de 2017.

2.3.2.1. Em consonância com Resolução nº 16/2018 a aquisição de certificados digitais com chaves públicas ICP-Brasil a Secretaria Administrativa, busca atender as demandas das mais diversas áreas desta Corte, previstas daquele instrumento. Atualmente, o TCM-SP possui 196 certificados digitais vigentes, com as respectivas validades monitoradas pela Secretaria Administrativa.

2.3.2.2. As escolhas realizadas para a contratação de certificados digitais com infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) consideraram não apenas os aspectos técnicos e operacionais do objeto, mas também o cenário atual de transformação digital e modernização administrativa no âmbito do TCMSP. Foram levados em conta o avanço tecnológico, a necessidade de atualização periódica dos equipamentos utilizados pelas unidades da Corte, bem como o uso intensificado de soluções digitais em razão da adoção do teletrabalho.

2.3.2.3. A seleção dos modelos A1 e A3, com diferentes mídias e formas de validação, atende às necessidades específicas dos Senhores Conselheiros, do Corpo Diretivo e dos Servidores, diante dos novos desafios impostos pelo trabalho remoto e pela digitalização dos processos. A opção pelo certificado digital em mídia token foi reforçada pela praticidade, segurança e fácil adaptação observadas no uso institucional, além da possibilidade de validação por videoconferência, que amplia a flexibilidade operacional.

2.3.2.4. A contratação contempla, ainda, a necessidade de emissão de certificados digitais para servidores que irão cobrir férias ou ocupar cargos por tempo determinado, garantindo a continuidade dos serviços e a conformidade com os requisitos de segurança e autenticidade dos atos administrativos.

2.4. Riscos para a Administração caso o objeto não seja contratado:

2.4.1. A não disponibilidade de certificados válidos pelos agentes da CMSP e TCMSP pode inviabilizar atividades legislativas dos Vereadores da CMSP e dos Conselheiros do TCMSP.

2.4.2. A não disponibilidade de certificados válidos nos sistemas governamentais, como por exemplo: eSocial, eCAC EFDRenf etc, pode inviabilizar o cumprimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

compromissos contratuais, financeiros, tributários e trabalhistas, participação efetiva em licitações com possíveis consequências como cobrança de multas e cessação de serviço.

2.5. As quantidades requeridas foram baseadas em relatório de gestão e histórico de contratações, levando em questão as seguintes informações:

- Renovação de certificados emitidos em 2023, 2024 e 2025;
- Renovação de certificados por extravio ou troca de responsável;
- Desenvolvimento de sistemas legislativos pelo CTI;
- Certificados para a Mesa Diretora;
- Certificados para novos servidores envolvidos no processo legislativo/administrativo;
- Certificados demandados pelo **Tribunal de Contas do Município**, que será órgão participante da ata de registro de preços a ser firmada.

2.6. Devido ao caráter eventual e imediato de fornecimento de serviço, a modalidade de Ata de Registro de Preço utilizada atualmente é recomendada.

2.7. Para a disputa, os itens deverão compor um grupo único.

2.7.1. A disputa por item abriria a possibilidade para contratações com múltiplos fornecedores, o que aumentaria a complexidade operacional na solicitação e agendamento dos certificados.

2.7.2. Por se tratar de registro de preços, o parcelamento do objeto pode implicar em baixa atratividade, considerando o baixo valor estimado dos itens isoladamente.

2.8. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, enquadrando-se nas características descritas no Art. 6, Inc XIII, Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a natureza do objeto da contratação, o qual inclui equipamentos de informática para segurança da informação e considerando que é necessário conhecimento técnico especializado para prestar os serviços, será exigida qualificação técnica de acordo com subitem **8.4.2**.

3.2. Deverão ser observadas as providências para a **proteção dos dados pessoais**:

3.2.1. A **DETENTORA** se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei Federal no 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 3.2.2.** A **DETENTORA** se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto deste contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- 3.2.3.** O tratamento de dados pessoais será realizado nos estritos limites da consecução do objeto deste contrato ou do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.
- 3.2.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito **do ÓRGÃO GERENCIADOR**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 3.2.5.** Sempre que constatar acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito por parte de seus colaboradores, diretores ou prepostos, a **DETENTORA** imediatamente comunicará **ao ÓRGÃO GERENCIADOR**, colaborando, inclusive, com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 3.2.6.** Ao fim do serviço, a **DETENTORA** adotará todas as medidas visando à eliminação dos respectivos dados pessoais de seu banco de dados, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.
- 3.2.7.** A **DETENTORA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta **ao ÓRGÃO GERENCIADOR** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das obrigações relativas à proteção de dados pessoais.
- 3.2.8.** Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1.** Contratação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme especificações constantes deste Termo de Referência.
- 4.2.** A validade dos certificados deverá observar os limites máximos estabelecidos pelas normas vigentes da ICP-Brasil ao tempo da emissão.

4.3. Detalhamento do Objeto

LOTE ÚNICO		
Item	Descrição	Grupo/Código
1	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior, com cartão e leitora;	167/27189
2	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior, com token USB;	167/27189
3	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A1 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior;	167/27146
4	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior, com cartão e leitora;	167/27197
5	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior, com token USB;	167/27197
6	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A1 ou equivalente – raiz ICP-Brasil V5 ou superior;	167/27162
7	Vistoria Presencial ou processo equivalente para verificação de identidade (por dia / diária)	839/25470

*** EM CASO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE AS DESCRIÇÕES DO CÓDIGO COMPRAS.GOV E DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, VALEM AS DESTE ÚLTIMO, AS QUAIS VINCULAM A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.**

4.4. Do Escopo de Fornecimento

- 4.4.1.** A Detentora da Ata deverá adequar o fornecimento de certificados digitais aos novos padrões e prazos de validade estabelecidos por normas supervenientes da ICP-Brasil.
- 4.4.2.** A adequação aos novos padrões criptográficos ou tecnológicos exigidos pelas autoridades certificadoras é obrigação da Detentora e não ensejará revisão de preços unitários, por tratar-se de risco inerente ao desenvolvimento tecnológico do setor.
- 4.4.3.** Todos os certificados digitais para pessoa física deverão ser do tipo e-CPF ou equivalente, raiz ICP-Brasil, mantida a plena aceitação por sistemas governamentais, incluindo aqueles mencionados explicitamente nos itens **2.3.1** e **4.4.8.2**.
- 4.4.4.** Os certificados digitais para pessoa jurídica deverão ser do tipo e-CNPJ ou Selo Eletrônico equivalente, raiz ICP-Brasil, mantida a plena aceitação por sistemas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

governamentais, incluindo aqueles mencionados explicitamente nos itens **2.3.1** e **4.4.8.2**.

4.4.5. Certificados de raiz v12 ou superior somente serão aceitos se garantida a plena aceitação por sistemas governamentais, incluindo aqueles mencionados explicitamente nos itens **2.3.1** e **4.4.8.2**.

4.4.6. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá especificar os tipos de certificados nas ordens de serviço quando da solicitação, ou seja, a **DETENTORA** deve disponibilizar os tipos de certificado solicitado neste fornecimento.

4.4.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.4.8. CERTIFICADOS DO TIPO e-CPF e e-CNPJ

4.4.8.1. Deverá conter no mínimo o nome e CPF do usuário, com a possibilidade de inclusão de informações adicionais sob demanda do **ÓRGÃO GERENCIADOR** como e-mail, título de eleitor, PIS, login e domínio de rede (autenticação na rede local de computadores em ambientes Microsoft fornecido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**). Os certificados serão utilizados no mínimo para fins de:

4.4.8.1.1. Integração com sistemas de acesso físico e lógico;

4.4.8.1.2. Identificação de funcionários;

4.4.8.1.3. Qualquer sistema de software com uso das bibliotecas MSCAPI, PKCS#11 ou similar.

4.4.8.2. Os certificados para pessoa física e jurídica deverão, na data de sua emissão, ser plenamente compatíveis para:

4.4.8.2.1. Acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte eCAC;

4.4.8.2.2. Consulta e acompanhamento da Situação Fiscal das pessoas Físicas e Jurídicas perante a Receita Federal;

4.4.8.2.3. Ratificação dos DARF recolhidos com dados errados e obtenção de cópias dos documentos recolhidos desde 1993;

4.4.8.2.4. Obtenção de cópias de declarações do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (DIPJs e PJs), de declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais – DCTFs e Declaração de Contribuições Sociais – DACONS;

4.4.8.2.5. Obtenção de Cópia de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Declarações de Imposto de Renda na Fonte – DIRFs;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 4.4.8.2.6.** Elaboração de Procurações Eletrônicas;
 - 4.4.8.2.7.** Parcelamento Eletrônico on-line de débitos de Pessoas Físicas e Jurídicas;
 - 4.4.8.2.8.** Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
 - 4.4.8.2.9.** Apresentação de assinatura e firma reconhecida em cartório do Documento Básico de Entrada no CNPJ junto à Receita Federal (DBE) para aqueles que utilizam a certificação digital;
 - 4.4.8.2.10.** Desburocratização do credenciamento de representante legal das empresas que operam no SISCOMEX;
 - 4.4.8.2.11.** Envio eletrônico de documentos referentes a processos que tramitam nas varas do trabalho dos 24 TRTs e no TST, através da Internet, sem a necessidade de apresentação posterior de documentos originais;
 - 4.4.8.2.12.** Agilidade na liberação de contratos de câmbio nas Instituições Financeiras;
 - 4.4.8.2.13.** Acesso a Compras Públicas por meio dos Pregões Eletrônicos;
 - 4.4.8.2.14.** Autorização de Funcionamento para empresas de Segurança, através do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP da Polícia Federal;
 - 4.4.8.2.15.** Serviços Cartoriais Eletrônicos;
 - 4.4.8.2.16.** Conectividade Social para FGTS;
 - 4.4.8.2.17.** Permitir a assinatura de mensagens eletrônicas, comprovando autoria (compatíveis com os principais clientes de e-mail, como Outlook, etc.);
 - 4.4.8.2.18.** Permitir a criptografia de mensagens eletrônicas e seus anexos;
 - 4.4.8.2.19.** Compatibilidade com o sistema SEI do Tribunal Regional da 4ª Região, utilizado pela Prefeitura de São Paulo;
 - 4.4.8.2.20.** Permitir a autenticação no sistema e-SOCIAL do Governo Federal, para envio de informações trabalhistas da **DETENTORA**.
- 4.4.8.3. CERTIFICADOS PARA PESSOA FÍSICA A3 DO TIPO e-CPF OU EQUIVALENTE COM CARTÃO E LEITORA**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 4.4.8.3.1.** Os certificados para pessoa física do tipo e-CPF ou equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-Brasil) deverão ser do tipo A3 e armazenados em cartão do tipo inteligente (*smartcard*) incluindo o fornecimento de leitoras e idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**;
- 4.4.8.3.2.** As leitoras inclusas deverão utilizar interface USB tipo A e incluir drivers compatíveis, no mínimo, com sistemas operacionais Windows 10 e 11.
- 4.4.8.4. CERTIFICADOS PARA PESSOA FÍSICA A3 DO TIPO e-CPF OU EQUIVALENTE COM TOKEN**
- 4.4.8.4.1.** Os certificados para pessoa física do tipo e-CPF ou equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-Brasil) deverão ser do tipo A3 e armazenados em token USB tipo A e idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**;
- 4.4.8.4.2.** As leitoras inclusas deverão utilizar interface USB tipo A e incluir drivers compatíveis, no mínimo, com sistemas operacionais Windows 10 e 11.
- 4.4.8.5. CERTIFICADOS PARA PESSOA FÍSICA A1 DO TIPO e-CPF OU EQUIVALENTE**
- 4.4.8.5.1.** Os certificados para pessoa física do tipo e-CPF ou equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-Brasil) deverão ser do tipo A1 ou equivalente, armazenado em arquivo digital, idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**.
- 4.4.8.6. CERTIFICADOS PARA PESSOA JURÍDICA A3 DO TIPO e-CNPJ OU EQUIVALENTE COM CARTÃO E LEITORA**
- 4.4.8.6.1.** Os certificados para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ ou Selo Eletrônico equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-Brasil) deverão ser do tipo A3 e armazenados em cartão do tipo inteligente (*smartcard*) incluindo o fornecimento de leitoras e idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**;
- 4.4.8.6.2.** As leitoras inclusas deverão utilizar interface USB tipo A e incluir drivers compatíveis, no mínimo, com sistemas operacionais Windows 10 e 11;
- 4.4.8.7. CERTIFICADOS PARA PESSOA JURÍDICA A3 DO TIPO e-CNPJ OU EQUIVALENTE COM TOKEN**
- 4.4.8.7.1.** Os certificados para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ ou Selo Eletrônico equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Brasil) deverão ser do tipo A3 e armazenados em token USB tipo A incluindo o fornecimento de leitoras e idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**;

4.4.8.7.2. Os tokens inclusos deverão utilizar interface USB tipo A e incluir drivers compatíveis, no mínimo, com sistemas operacionais Windows 10 e 11;

4.4.8.8. CERTIFICADOS PARA PESSOA JURÍDICA A1 DO TIPO e-CNPJ OU EQUIVALENTE

4.4.8.8.1. Os certificados para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ ou Selo Eletrônico equivalente (Autoridade Certificadora raiz ICP-Brasil) deverão ser do tipo A1 ou equivalente, armazenado em arquivo digital, idênticos em funcionalidade e forma ao item **4.4.8.2**;

4.4.8.9. SERVIÇO DE VISTORIA PRESENCIAL E VIA VÍDEO CONFERÊNCIA PARA VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

4.4.8.9.1. Sob demanda do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a **DETENTORA** deverá oferecer serviços de vistoria presencial “on site” ou via vídeo conferência para validação de documentos para fins de emissão de certificados digitais (Raiz ICP Brasil) e-CPF e e-CNPJ, para qualquer localidade situada dentro dos limites geográficos do Município de São Paulo;

4.4.8.9.2. As vistorias presenciais serão remuneradas por uma única taxa diária, independentemente da quantidade de vistorias realizadas num mesmo dia, sendo o montante mínimo de atendimentos num mesmo dia igual a oito;

4.4.8.9.3. Para vistoria e validação presencial “on site” (endereço especificado pela **ÓRGÃO GERENCIADOR**) dos documentos para emissão dos certificados dos tipos e-CPF e e-CNPJ, será estipulada uma taxa diária, cuja contratação será opcional a critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

4.4.8.9.4. Esta taxa de validação será isenta, caso o **ÓRGÃO GERENCIADOR** opte por validar seus documentos presencialmente em uma Autoridade de Registro (AR) da **DETENTORA**, localizada obrigatoriamente dentro do Município de São Paulo;

4.4.8.9.5. Esta taxa de validação será isenta, caso o **ÓRGÃO GERENCIADOR** opte por validar seus documentos através de videoconferência com a Autoridade de Registro (AR) da **DETENTORA**, através de agendamento prévio;



CÂMARA MUNICIPAL DE **SÃO PAULO**

- 4.4.8.9.6. A vistoria presencial deverá ser efetuada, obrigatoriamente, por agente vistor regularmente contratado como funcionário pela AR associada à **DETENTORA** e portando crachá de identificação;
- 4.4.8.9.7. As vistorias serão agendadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis;
- 4.4.8.9.8. Será constatada ausência por parte do titular ou responsável quando o tempo de espera in loco pelo agente vistor for superior a 2 (duas) horas;
- 4.4.8.9.9. Todos os recursos necessários para a validação (notebook, leitoras, acesso à internet, etc.) serão de responsabilidade da **DETENTORA**;
- 4.4.8.9.10. Na ocasião das vistorias, serão observadas as restrições administrativas à entrada de pessoas na sede do **ÓRGÃO GERENCIADOR** que estiverem em vigor na data do atendimento;
- 4.4.8.9.11. Para o agendamento por videoconferência a empresa deverá fornecer um link por meio do e-mail cadastrado pelo usuário, em até 24 horas após a solicitação, a videoconferência deverá ser realizada dentro deste prazo;
- 4.4.8.9.12. A **DETENTORA** deverá prestar o serviço mediante videoconferência em data e momento a ser definido em comum acordo com o usuário do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- 4.4.8.9.13. No ato do agendamento para emissão do certificado digital por videoconferência, a **DETENTORA** deverá fornecer orientações ao usuário para cancelamento e reagendamento;
- 4.4.8.9.14. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá cancelar o pedido a qualquer momento, conforme subitem 5.2.2.6;
- 4.4.8.9.15. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá solicitar a entrega prévia das mídias (tokens USB ou kit cartão com leitora) sempre que necessário, seguindo o quantitativo mínimo de 10 (dez) mídias;
- 4.4.8.9.16. As mídias tokens poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da **DETENTORA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.4.8.9.17. Para pedidos do TCM, a **DETENTORA** deverá entregar os tokens, na Av. Professor Ascendino Reis, 1130 Portaria A – Vila Clementino São Paulo -SP CEP: 04027-000 a/c SECRETARIA ADMINISTRATIVA, TEL. 11-5080-1846., no prazo de 10 (dez) dias, após a solicitação do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

4.4.8.9.18. Para pedidos da CMSP, a **DETENTORA** deverá entregar as mídias, no Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista - São Paulo - SP CEP: 01319-900 a/c CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CTI-3), TEL. 11-3396-4677/5203/5245/4848, no prazo de 10 (dez) dias, após a solicitação do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

4.5. VALIDADE DOS CERTIFICADOS

4.5.1. A validade dos certificados deverá observar os limites máximos estabelecidos pelas normas vigentes da ICP-Brasil ao tempo da emissão.

4.5.2. A **DETENTORA** deverá adequar o fornecimento de certificados digitais aos novos padrões e prazos de validade estabelecidos por normas supervenientes da ICP-Brasil ou de fóruns internacionais de segurança digital (CA/Browser Forum).

4.5.3. A adequação aos novos padrões criptográficos ou tecnológicos exigidos pelas autoridades certificadoras é obrigação da **DETENTORA** e não ensejará revisão de preços unitários, por tratar-se de risco inerente ao desenvolvimento tecnológico do setor.

4.6. GESTÃO DE SENHAS

4.6.1. REVOGAÇÃO

4.6.1.1. A senha de revogação será definida pelo titular ou responsável pelo certificado (pessoa física ou jurídica).

4.6.2. PIN (*Personal Identification Number*)

4.6.2.1. A senha PIN será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica).

4.6.3. PUK (*PIN Unlock Key*)

4.6.3.1. A senha PUK será definida pelo proprietário do certificado (pessoa física ou jurídica).

4.7. SISTEMA DE PEDIDOS, AGENDAMENTOS E GERENCIAMENTO

4.7.1. A **DETENTORA** deverá prover um sistema WEB que seja acessível pela Internet via navegador Web moderno (sem necessidade de instalação de plug-in ou extensão) e que permita ao titular do CPF ou outra pessoa realizar o cadastro de uma solicitação de emissão de e-CPF, incluindo em qual sala do Palácio Anchieta (Viaduto Jacareí, 100 – São Paulo - Capital) deseja ser atendido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.7.2. A cada solicitação de certificado, a **DETENTORA** deverá enviar notificação automática via email aos administradores do sistema do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a quem incumbirá a aprovação ou rejeição fundamentada do pedido. Em caso de deferimento, o solicitante será notificado pela **DETENTORA** por e-mail contendo o link para o agendamento. Em caso de indeferimento, a **DETENTORA** deverá notificar o solicitante informando a respectiva justificativa e, quando tecnicamente cabível, as orientações necessárias para o saneamento das pendências. O sistema deverá permitir que o solicitante interponha nova solicitação vinculada à anterior, viabilizando o upload de documentos complementares nos formatos PDF, DOCX e imagem (JPG/PNG) - ex: boletim de ocorrência de roubo.

4.7.3. O sistema de agendamento deve permitir que o solicitante escolha uma janela de horário dentro do horário de funcionamento oficial da Casa: 10h às 19h. A janela entre 12h e 13h fica reservado para almoço/descanso do agente da **DETENTORA**. Os agendamentos deverão ser realizados com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contado da data da solicitação, de modo a prover tempo hábil para a mobilização dos agentes da **DETENTORA**.

4.7.4. Os administradores do **ÓRGÃO GERENCIADOR** devem poder consultar a agenda do mês corrente e subsequente a qualquer momento, tendo acesso direto ao nome e CPF do solicitante, data, horário e sala referentes ao agendamento.

4.7.5. A **DETENTORA** deverá estar preparada para disponibilizar estrutura para emissão em regime de mutirão (atendimento presencial por ordem de chegada) nas dependências do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, mediante solicitação formal deste com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis. Nestas ocasiões, deverão ser alocados no mínimo 02 (dois) agentes em tempo integral (das 10h às 19h, com 1h de intervalo), ficando a emissão condicionada à apresentação da lista de funcionários previamente aprovada pela Administração.

4.8. CONFIDENCIALIDADE

4.8.1. A **DETENTORA** deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistemas, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, durante e após o fim do contrato, salvo se houver autorização expressa do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para divulgação.

4.8.2. Não será admitido qualquer mecanismo de acesso remoto ou transferência automatizada de dados (backdoors) que não tenham sido previamente auditados e formalmente autorizados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sob pena de rescisão contratual imediata e sanções legais cabíveis.

4.9. SUPORTE

4.9.1. A **DETENTORA** deverá disponibilizar telefone do tipo 0800 ou telefone com tarifa local (DDD 011) com atendimento mínimo dentro do horário comercial (8:00 às



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

18:00) de segunda a sexta-feira para prover suporte aos usuários de manuseio do certificado e instalação das leitoras/cadeias/certificados/tokens.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados nas dependências do **ÓRGÃO GERENCIADOR** ou da **DETENTORA**, à critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.2. PRAZOS

5.2.1. A **DETENTORA** terá um período de 10 dias, contando a partir da data da assinatura do contrato para estabelecer com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** todos os fluxos e processos necessários para atender o objeto contratado.

5.2.2. AGENDAMENTO / PRAZOS DE ENTREGA / CANCELAMENTOS

5.2.2.1. A **DETENTORA** deverá fornecer aplicação WEB para realização de pedidos, aprovações, agendamentos, cancelamentos e gerenciamento dos mesmos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.2.2.2. Nenhuma emissão poderá ocorrer sem aprovação dos gestores da contratação apontados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.2.2.3. A **DETENTORA** após receber a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para emissão do(s) certificado(s) previamente solicitado(s), terá o prazo de **um dia útil** para confirmar ao solicitante e ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** o dia, horário e local do agendamento, seja no endereço do item **4.4.8.9.17**, do item **4.4.8.9.18** ou de Autoridade de Registro dentro do município de São Paulo, no qual o interessado deverá comparecer para emissão do certificado.

5.2.2.4. Todos os agendamentos não poderão ultrapassar a espera de 10 dias corridos a partir de sua solicitação, podendo ser permitido período superior caso o proprietário do certificado assim aceitar.

5.2.2.5. A critério da **DETENTORA**, o interessado pelo certificado poderá sugerir duas datas e horários para que a **DETENTORA** verifique a disponibilidade do agendamento.

5.2.2.6. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá cancelar o pedido a qualquer momento, sem cobrança por parte da **DETENTORA**, antes da efetiva emissão do certificado, e o certificado solicitado será devolvido ao saldo anterior.

5.2.2.7. Toda solicitação agendada, onde o interessado não compareça para emitir o certificado e que ultrapasse 60 (sessenta) dias corridos serão **CANCELADOS**, e o certificado solicitado será devolvido ao saldo anterior sem cobrança.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.2.2.7.1.** Caso o mesmo tenha interesse novamente após este prazo, deverá iniciar o processo novamente, como nova demanda.

5.3. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.3.1.** O prazo de garantia dos produtos e serviços será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses contado a partir da data do recebimento definitivo do objeto, incluindo os dispositivos criptográficos (cartões ou tokens) e leitoras de cartão inteligente.
- 5.3.2.** A garantia dos produtos e serviços tem prazo de vigência próprio e remanesce mesmo após o encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços, até que se expire o prazo de garantia de cada item entregue.

5.4. FORNECIMENTO DE MATERIAIS/PEÇAS

- 5.4.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a **DETENTORA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 5.5.1.** A gestão da Ata de Registro de Preços compete ao Supervisor da Unidade CTI-3 (Equipe de Aplicações e Sistemas Terceirizados), na qualidade de representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a quem incumbirá o controle do saldo global da ata, a autorização para acionamento por parte do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e o zelo pelas condições gerais registradas.
- 5.5.2.** A fiscalização técnica e administrativa de cada contratação (empenho) derivada da Ata será exercida individualmente pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, por meio de seus respectivos fiscais designados, cada qual responsável por assegurar, no âmbito de sua competência, o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos serviços prestados pela **DETENTORA**.
- 5.5.3.** Todas as comunicações entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e a **DETENTORA** deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por mensagem eletrônica (e-mail institucional), para fins de registro e validade dos atos praticados.

5.6. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 5.6.1.** Nos meses que houver pedido pela **Câmara Municipal de São Paulo**, o pagamento será efetuado **em parcela única** em conta corrente indicada pela **DETENTORA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento ou enviado via meio eletrônico ou protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do Senhor Supervisor do CTI.3, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.

5.6.2. Nos meses que houver pedido pelo **Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, A **DETENTORA** deverá encaminhar planilha com os serviços e fornecimentos realizados, tendo a(o) Fiscal do contrato o prazo de até cinco dias úteis para análise e aprovação. A Nota Fiscal só poderá ser emitida pela **DETENTORA** após a aprovação da planilha do TCMSP, que comunicará por escrito à **DETENTORA**, através de correio eletrônico, a autorização para emissão da Nota Fiscal, com o seu respectivo valor. O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão do Termo de Aceite para Pagamento.

5.6.3. O ateste será condicionado ao fornecimento dos documentos indicando data/hora para cada serviço prestado.

5.6.4. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

5.6.5. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no DOC da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.

6. VIGÊNCIA

6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano contado após sua assinatura, prorrogável por igual ou inferiores períodos, limitada ao total de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s) 09.10.01.126.3024.2171.3.3.90.40.00 – Serviços de Tec. Da Informação e Comunicação - PJ e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2027 as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

- 7.2.** As despesas TCM-SP resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da dotação 10.10.01.032.3011.2818.3390.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. Recomenda-se não admitir a participação de consórcio, tendo em vista que** se trata de contratação não vultosa, de complexidade compatível com a execução por apenas uma empresa, não sendo necessário permitir o consorcioamento para ampliar a competitividade.

- 8.2.** O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento “menor preço”.

- 8.3.** Para fins de **seleção da proposta** haverá as seguintes condições:

- 8.3.1.** A descrição do objeto deve atender a todas as características exigidas neste Termo de Referência.

- 8.3.2.** A proposta deve indicar a validade mínima de 60 (sessenta) **dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

- 8.4.** Para **fins de habilitação**, serão analisadas:

- 8.4.1.** Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

- 8.4.2.** Para **qualificação técnica** serão exigidos:

- 8.4.2.1.** Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição deste Termo de Referência, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir:

- 8.4.2.2.** Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de emissão de certificados digitais por período não inferior a 1 (um) ano, com quantitativo mínimo de 254 certificados de qualquer um dos tipos descritos no subitem 9.1.2 deste Termo de Referência, itens 1 a 6.

- 8.4.2.3.** A empresa deverá estar credenciada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) como provedora de certificados da cadeia ICP-Brasil, conforme verificável na URL <https://estrutura.iti.gov.br/>



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação seguirá a seguinte métrica:

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário	Total
1	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	337	R\$ 379,03	R\$ 127.733,11
2	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com token USB;	125	R\$ 379,03	R\$ 47.378,75
3	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A1ou equivalente – padrão ICP-Brasil;	93	R\$ 157,15	R\$ 14.614,95
4	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	4	R\$ 474,28	R\$ 1.897,12
5	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com token USB;	4	R\$ 478,30	R\$ 1.913,20
6	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A1 ou equivalente– padrão ICP-Brasil;	4	R\$ 197,48	R\$ 789,92
7	Vistoria Presencial ou processo equivalente para verificação de identidade (por dia / diária)	240	R\$ 59,73	R\$14.335,20
Total estimado				R\$ 208.662,25

10. SANÇÕES

10.1. Além das penalidades previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por descumprimento do item 5.2.1 deste instrumento. Após 10 (dez) dias, além da multa anterior, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste. Após 15 (quinze) dias de atraso será considerado inexecução total do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 10.1.3.** Multa diária de 10% (dez por cento) sobre o valor da vistoria presencial por descumprimento ao prazo estipulado nos itens **5.2.2.3** e **5.2.2.4**, limitado a 10 dias.
- 10.1.4.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da vistoria presencial por não realização de atendimento agendado por causa da **DETENTORA**, seja atendimento presencial ou por videoconferência, limitado a 2 ocorrências. A partir da 3ª falha no atendimento, além da multa anterior, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste.
- 10.1.5.** Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor do saldo remanescente da ata de registro de preço, por descumprimento do item **4.9.1** deste instrumento, limitado a 10 dias.
- 10.1.6.** Multa diária de 2% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por indisponibilidade dos canais de suporte ao usuário. Após 5 (cinco) dias corridos, além da multa anterior, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste. Após 15 (quinze) dias de atraso será considerado inexecução total do contrato.
- 10.1.7.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por qualquer outra irregularidade havida no cumprimento do contrato.
- 10.1.8.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **DETENTORA**.
- 10.1.9.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.
- 10.1.10.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, no caso de rescisão e/ou cancelamento da respectiva Ata, por culpa ou a requerimento da **DETENTORA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 10.1.11.** Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).
- 10.1.12.** Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa Diretora do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.2.** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

10.2.1. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.2**, **10.1.3**, **10.1.4**, **10.1.5**, **10.1.6** e **10.1.7** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.8**, **10.1.9**, **10.1.11** e/ou **10.1.12**.

10.3. As multas terão seus valores apurados na data da infração.

10.4. Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

11.1. A **DETENTORA** designará preposto, para manter contato com o responsável pela fiscalização do Ajuste, solicitando as providências que se fizerem necessárias à boa execução Ata de Registro de Preços, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

11.2. Deverá ser fornecido o endereço de correio eletrônico e número de telefone do preposto, bem como de um substituto, como alternativa, em caso da impossibilidade do **ÓRGÃO GERENCIADOR** contatar o preposto.

11.3. Toda vez que o preposto por motivo de férias, licença saúde ou qualquer outro motivo que o impossibilite de atender o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, deverá a **DETENTORA** informar, através de correio eletrônico, o nome e telefone do substituto do preposto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2025/00733

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	QTDE	Preço unitário	Total
1	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	337	R\$	R\$
2	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com token USB;	125	R\$	R\$
3	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A1ou equivalente – padrão ICP-Brasil;	93	R\$	R\$
4	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	4	R\$	R\$
5	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com token USB;	4	R\$	R\$
6	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A1 ou equivalente– padrão ICP-Brasil;	4	R\$	R\$
7	Vistoria Presencial ou processo equivalente para verificação de identidade (por dia / diária)	240	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO*			R\$	

***Valor a ser lançado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).**

1. O preço compreende todos os custos necessários ao fornecimento do objeto desta licitação, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas,



emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.

2. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação das propostas.

3. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

4. Declaro que a empresa abaixo qualificada não possui inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.

5. Declaro que a empresa abaixo qualificada não foi condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1.988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. Nº 29 e 105.

6. Declaro que a empresa abaixo qualificada COMPROMETE-SE com a prática do “Trabalho Decente”, que, para efeitos desta Declaração, considera-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.

7. Declaro que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2022).

8. Declaro estar de pleno acordo com todos os termos do edital referente ao Pregão nº **2/2026**.

9. Declaro, ainda, que estamos em condições de atender todas as exigências contidas no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações** Técnicas do edital.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Assinatura do responsável

Nome legível:

Pessoa Jurídica:

RG:

CPF:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO III – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, com sede no Viaduto Jacareí, nº 100, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 50.176.288/0001-28, neste ato representada por seu Presidente e demais membros da Egrégia Mesa Diretora que firmam o presente termo, adiante designada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, adiante designadas simplesmente **DETENTORA** têm entre si ajustado o presente ajuste para REGISTRO DE PREÇOS, em consonância com o Processo **CMSP-PAD-2025/00733**, Pregão Eletrônico nº **2/2026**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e do Decreto Municipal nº 62.100/22 c/c Ato CMSP nº 1.564/2023, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme descrição, quantidades e condições constantes no **Anexo I – Termo de Referência – Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.
 - 1.1.1. Considera-se parte integrante desta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº **2/2026** com seus Anexos, a Proposta de Preços da **DETENTORA** e a Ata da Sessão Pública de Pregão com o Cadastro Reserva, se houver.
 - 1.1.2. Caso haja a formação do Cadastro Reserva, a(s) pessoa(s) jurídica(s) subscreverá(ão) o Anexo Único, parte integrante desta Ata.
- 1.2. A **DETENTORA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nesta Ata de Registro de Preços, nos limites estabelecidos em lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** realizará as **aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços**, conforme descrições e quantidades constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital, mediante pedidos formulados pela Unidade Gestora desta Ata.

2.2 O prazo dos itens será conforme constante no item **5.2** do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.

2.3 No caso de haver recusa de algum item, a **DETENTORA** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da recusa, para fazer reparos, correções, remoções e substituições sob pena de multa prevista no subitem **11.1.3**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 3.1.1** Emitir nota de empenho em relação às suas próprias solicitações, cabendo igual obrigação ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE** no que concerne às suas respectivas demandas;
- 3.1.2** Receber os pedidos de revisão de preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo deliberação à autoridade competente;
- 3.1.3** Conduzir e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações desta Ata;
- 3.1.4** Recusar o recebimento do(s) item(ns) que não atendam às especificações exigidas no **Anexo I – Termo de Referência – Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital;
- 3.1.5** Notificar a **DETENTORA**, quando detectadas irregularidades na entrega do(s) item(ns);
- 3.1.6** Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela **DETENTORA**.
- 3.1.7** Efetuar o pagamento no prazo assinalado na Cláusula Sexta desta Ata.

3.2 Constituem obrigações da **DETENTORA**:

- 3.2.1** Dar cumprimento integral ao estabelecido no presente instrumento e no **Anexo I - Termo de Referência – Especificações Técnicas** do Edital, e à sua Proposta de Preços;
- 3.2.2** Fornecer o(s) item(ns) conforme qualidade e quantidades acordadas;

- 3.2.3** Manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.2.4** Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que o fornecimento seja efetuado com perfeição;
- 3.2.5** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;
- 3.2.6** Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto com fretes, tributos e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários.
- 3.2.7** Apresentar Nota Fiscal ou documento hábil de acordo com a legislação em vigor, comprovando o fornecimento, contendo necessariamente a descrição;
- 3.2.8** Não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto da presente Ata de Registro de Preços, salvo com a expressa anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sendo vedada a subcontratação total do objeto.
- 3.2.8.1** A fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicados ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** para que este delibere sobre a manutenção da Ata, sendo essencial para tanto que a nova pessoa jurídica comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Dá-se à presente Ata o valor total estimado de _____, sendo que os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são:

Item	Descrição	QTDE	Preço unitário	Total
1	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	337	R\$	R\$
2	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A3 ou equivalente– padrão ICP-Brasil, com token USB;	125	R\$	R\$



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

3	Certificado para pessoa física do tipo e-CPF A1 ou equivalente – padrão ICP-Brasil;	93	R\$	R\$
4	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente – padrão ICP-Brasil, com cartão e leitora;	4	R\$	R\$
5	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A3 ou equivalente – padrão ICP-Brasil, com token USB;	4	R\$	R\$
6	Certificado para pessoa jurídica do tipo e-CNPJ A1 ou equivalente – padrão ICP-Brasil;	4	R\$	R\$
7	Vistoria Presencial ou processo equivalente para verificação de identidade (por dia / diária)	240	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO*			R\$	

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

- 5.1.** A gestão da Ata de Registro de Preços compete ao Supervisor da Unidade CTI-3 (Equipe de Aplicações e Sistemas Terceirizados), na qualidade de representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a quem incumbirá o controle do saldo global da ata, a autorização para acionamento por parte do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e o zelo pelas condições gerais registradas.
- 5.2.** A fiscalização técnica e administrativa de cada contratação (empenho) derivada da Ata será exercida individualmente pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, por meio de seus respectivos fiscais designados, cada qual responsável por assegurar, no âmbito de sua competência, o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos serviços prestados pela **DETENTORA**.
- 5.3.** Todas as comunicações entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e a **DETENTORA** deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por mensagem eletrônica (e-mail institucional), para fins de registro e validade dos atos praticados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1.** Nos meses em que houver pedido(s) pela Câmara Municipal de São Paulo, o pagamento será efetuado em parcela única mensal em conta corrente da **DETENTORA**, pela



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Tesouraria da Câmara Municipal de São Paulo, no prazo de até 10 (dez) úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do Senhor Supervisor de **CTI.3 – Equipe de Aplicações e Sistemas Terceirizados**, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.

- 6.2. Nos meses que houver pedido pelo **Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, A **DETENTORA** deverá encaminhar planilha com os serviços e fornecimentos realizados, tendo a(o) Fiscal do contrato o prazo de até cinco dias úteis para análise e aprovação. A Nota Fiscal só poderá ser emitida pela **DETENTORA** após a aprovação da planilha do TCMSP, que comunicará por escrito à **DETENTORA**, através de correio eletrônico, a autorização para emissão da Nota Fiscal, com o seu respectivo valor. O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão do Termo de Aceite para Pagamento.
- 6.3. O ateste será condicionado ao fornecimento dos documentos indicando data/hora para cada serviço prestado.
- 6.4. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz relativa ao Município de São Paulo e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.
- 6.5. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “*pro-rata tempore*”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.
- 6.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste item em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais que regulem a matéria de maneira diversa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, prorrogável por até idêntico período uma única vez.
- 7.1.1. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelos Órgãos Participantes.
- 7.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, deverão ser observadas as seguintes condições:
- 7.2.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 7.2.2. A **DETENTORA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a entrega decorrente for prevista para data posterior ao vencimento da Ata.
- 7.2.3. A **DETENTORA** ficará obrigada a manter seu credenciamento no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) como provedora de certificados da cadeia ICP-Brasil.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 8.1. Decorrido 01 (um) ano de vigência desta Ata e na hipótese de sua prorrogação, os preços poderão ser reajustados pelo IPC-FIPE, nos termos do Ato CMSP nº 1385/17.
- 8.1.1. O preço proposto pela **DETENTORA** será conjugado à pesquisa de mercado, nos termos do artigo 27 do Decreto Municipal nº 62.100/22, e suas alterações, adotado pelo Ato CMSP nº 1564/2023. Se o preço reajustado proposto pela **DETENTORA** for superior ao preço médio de mercado encontrado, o reajuste poderá ocorrer desde que os preços propostos sejam compatíveis com a média de mercado encontrada, bem como mediante comprovação a ser feita pela **DETENTORA** da elevação dos custos e/ou insumos objeto da presente ata de registro de preços a qual será submetida à análise deste **ÓRGÃO GERENCIADOR**. Em qualquer situação, discordando as partes, proceder-se-á a nova licitação.
- 8.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as necessárias negociações junto à **DETENTORA** e demais fornecedores registrados para estabelecer novo valor.

- 8.2.1.** A **DETENTORA** e demais fornecedores registrados que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados no mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 8.3.** A **DETENTORA** poderá solicitar a revisão ou readequação de preços ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por escrito, sendo que o pedido deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei, tais como, tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas etc., e desde que o preço final apurado permaneça dentro do valor de mercado.
- 8.4.** Os novos preços aprovados só entrarão em vigor após a assinatura do respectivo aditivo da ata de registro de preços pelas partes, retroagindo seus efeitos à data do pedido de revisão ou readequação de preços, conforme § 3º do art. 101 do Decreto nº 62.100/22.
- 8.4.1.** Havendo a necessidade de providências complementares por parte da **DETENTORA**, a fluência do prazo de que trata esta cláusula será interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que as providências forem cumpridas.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando:
- 9.1.1.** A **DETENTORA** não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2.** A **DETENTORA** recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata, salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- 9.1.3.** A **DETENTORA** deixar, injustificadamente, de assinar a ata no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 9.1.4.** A **DETENTORA** recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 9.1.5.** A **DETENTORA** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 9.1.6.** A **DETENTORA** der causa à rescisão administrativa da ata decorrente do Registro de Preços;
- 9.1.7.** Em qualquer caso de inexecução total ou parcial decorrente da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8.** A transferência no todo ou em parte deste instrumento, sem prévia e expressa autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- 9.1.9.** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- 9.1.10.** Sempre que ficar constatado que a **DETENTORA** perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no subitem **9.1**, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- 9.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 9.4.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela **DETENTORA**, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajuste, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 9.4.1.** A solicitação da **DETENTORA** para o cancelamento dos preços registrados, deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a aplicação de penalidade prevista no subitem **11.1.10**, caso não aceitar as razões do pedido.
- 9.4.2.** A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1** É vedada a utilização desta Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. A **DETENTORA** ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas demais normas legais aplicáveis, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por descumprimento do item **5.2.1** do **Anexo I – Termo de Referência**. Após 10 (dez) dias, além da multa anterior, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste. Após 15 (quinze) dias de atraso será considerado inexecução total do contrato.

11.1.3. Multa diária de 10% (dez por cento) sobre o valor da vistoria presencial por descumprimento ao prazo estipulado nos itens **5.2.2.3** e **5.2.2.4** do **Anexo I – Termo de Referência**, limitado a 10 dias.

11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da vistoria presencial por não realização de atendimento agendado por causa da **DETENTORA**, seja atendimento presencial ou por videoconferência, limitado a 2 ocorrências. A partir da 3ª falha no atendimento, além da multa anterior, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste.

11.1.5. Multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor do saldo remanescente da ata de registro de preço, por descumprimento do item **4.9.1** do **Anexo I – Termo de Referência**, limitado a 10 dias.

11.1.6. Multa diária de 2% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por indisponibilidade dos canais de suporte ao usuário. Após 5 (cinco) dias corridos, além da multa anterior, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste. Após 15 (quinze) dias de atraso será considerado inexecução total do contrato.

11.1.7. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, por qualquer outra irregularidade havida no cumprimento do contrato.

11.1.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **DETENTORA**.

11.1.9. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 11.1.10.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, no caso de rescisão e/ou cancelamento da respectiva Ata, por culpa ou a requerimento da **DETENTORA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 11.1.11.** Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).
- 11.1.12.** Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.2.** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.
- 11.2.1.** No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **11.1.8, 11.1.9, 11.1.11 e/ou 11.1.12**.
- 11.3.** As multas terão seus valores apurados na data da infração.
- 11.4.** Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.
- 11.5.** Os valores referentes a eventuais multas aplicadas serão deduzidos do crédito a ser recebido pela **DETENTORA**
- 11.6.** A aplicação das sanções previstas nos itens **11.1.11 e 11.1.12** desta ata requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **DETENTORA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.6.1.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **DETENTORA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 11.6.2.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.
- 11.8.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO

- 12.1.** Para execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste ajuste, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1.** Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa de Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato da Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 13.2.** Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos à **DETENTORA**, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente ata de registro de preços, serão dirigidos ao(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail): _____
- 13.3.** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda desta ata de registro de preços.

E por estarem as partes de pleno e comum acordo, firmam o presente instrumento lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



São Paulo, de de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RICARDO TEIXEIRA
Presidente

JOÃO JORGE
1º Vice-Presidente

ISAC FÉLIX
2º Vice-Presidente

SENIVAL MOURA
1º Secretário

GABRIEL ABREU
2º Secretário

DETENTORA:

VISTO:

Persio Tadao Soli
Secretário Geral Administrativo - CMSP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**ANEXO ÚNICO DO ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA - ADESÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2025/00733

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

OBJETO: Formação de Ata de Registro de Preços para prestação futura e eventual de serviços de emissão de certificados digitais, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

EMPRESA: _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito (a) no CPF/MF sob o nº _____, em consonância com o Processo **CMSP-PAD-2025/00733** e **Pregão Eletrônico nº 2/2026**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; o Decreto Municipal nº 62.100/2022, adotado nos termos do Ato CMSP no 1.564/2023; a Lei Complementar Federal nº 123/06, bem como pelas demais normas complementares e disposições deste instrumento, tendo obtido a _____ colocação no referido certame, **adere** aos valores e condições de prestação de serviços firmadas na Ata de Registro de Preços cujo este Anexo é parte integrante, conforme valores registrados para os itens abaixo descritos:

EMPRESA:

VISTO:

Persio Tadao Soli

Secretário Geral Administrativo – CMSP